

Redução da jornada pode elevar preços em 6,2%, diz estudo da CNI

Simulação da indústria indica impactos sobre bens e serviços e aumento de custos produtivos

A redução da jornada semanal de trabalho no Brasil pode provocar aumento médio de 6,2% nos preços de bens e serviços, segundo estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade analisou os impactos econômicos de uma eventual diminuição da carga horária sem redução proporcional de salários, proposta que vem ganhando espaço no debate político e no Congresso Nacional.

De acordo com a CNI, “a diminuição das horas trabalhadas elevaria o custo da mão de obra por hora, obrigando empresas a reorganizar turnos, contratar novos funcionários ou pagar horas extras para manter os níveis atuais de produção. Esse movimento aumentaria despesas operacionais e tenderia a gerar repasses ao consumidor final, com efeitos disseminados por toda a cadeia produtiva”.

A simulação realizada pela

entidade indica que os produtos industriais poderiam registrar alta próxima de 6%. Roupas e calçados teriam aumento de até 6,6%, enquanto o setor de serviços poderia sofrer reajustes médios de 6,5%. Serviços de internet e telecomunicações aparecem entre os mais impactados, com elevação estimada de até 7,2%. Já alimentos e itens comercializados em supermercados poderiam subir, em média, 5,7%. “A consequência da elevação do custo do trabalho será o aumento generalizado dos preços da economia e afetará a vida de todos os brasileiros. As empresas não enfrentarão apenas o aumento do custo direto com mão de obra, mas os insumos também deverão ter seus preços reajustados, considerando que a redução do limite das horas trabalhadas afeta toda a cadeia produtiva”, afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Segundo a entidade, “a indústria tende a ser um dos seg-



Caixa de Supermercado

mentos mais sensíveis à mudança devido à necessidade de manter linhas produtivas contínuas e à menor flexibilidade operacional em comparação com outras atividades econômicas. A reorganização das jornadas poderia exigir investimentos adicionais e ajustes logísticos, ampliando custos estruturais”.

Tramitações no Congresso

No Congresso Nacional, a redução da jornada de trabalho ainda está em fase de debate e tramitação, sem votação final definida. Propostas diferentes avançam simultaneamente na Câmara dos Deputados e no Senado, incluindo mudanças na escala 6x1 e a diminuição da carga semanal para 40 ou até 36 horas, sem redução salarial. Enquanto parlamentares discutem textos por meio de propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, o governo federal também prepara uma propos-

ta própria para unificar o tema. Por envolver alterações constitucionais, qualquer mudança ainda precisará passar por várias etapas de análise e aprovação antes de entrar em vigor.

A proposta que mais avançou nas discussões é a PEC 148/2015, no Senado, que reduz gradualmente a jornada semanal de 44 para 36 horas e já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguardando votação no plenário da Casa. Na Câmara, a proposta da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) é a PEC 8/2025, que prevê o fim da escala 6x1 e a adoção de uma jornada de quatro dias de trabalho por três de descanso (4x3), com limite de 36 horas semanais sem redução salarial, e atualmente está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, ainda na fase inicial de tramitação.

Defensores da proposta argumentam que a medida pode

melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, reduzir o desgaste físico e mental e estimular a geração de empregos. Já representantes do setor produtivo alertam para riscos de perda de competitividade, aumento de custos e efeitos inflacionários.

A CNI acompanha os projetos em tramitação no Legislativo que tratam da redução da jornada semanal e mudanças em modelos como a escala 6x1. Para Alban, o debate precisa ser conduzido com maior profundidade técnica e participação ampla da sociedade e dos setores produtivos.

“A discussão da escala 6x1 é legítima e necessária, mas qualquer decisão dessa dimensão deve levar em conta a avaliação de impacto e seus efeitos econômicos. A produtividade no Brasil ainda está muito aquém de países semelhantes e há escassez de mão de obra. Por isso, ainda não é hora de reduzir a escala”, destacou o presidente da entidade.

Dossiê da Unicamp reúne pesquisas e amplia debate sobre o fim da escala 6x1

Pesquisas produzidas por especialistas do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), colocam a organização da jornada de trabalho no centro do debate público. Reunidos no dossiê “Fim da escala 6x1”, os estudos analisam impactos econômicos, sociais e políticos do atual modelo laboral que prevê seis dias consecutivos de trabalho para apenas um de descanso.

O conjunto de artigos reúne pesquisadores de diferentes áreas e sustenta que a discussão sobre a redução da jornada ultrapassa reivindicações trabalhistas, envolvendo saúde pública, produtividade e qualidade de vida. Um dos textos centrais, “Jornada de trabalho na escala 6x1: a insustentabilidade

dos argumentos econômicos e uma agenda a favor dos trabalhadores e das trabalhadoras”, de Pietro Borsari, Ezequiel Scapini, José Dari Krein e Marcelo Manzano, questiona a ideia de que jornadas menores necessariamente elevam custos ou reduzem eficiência econômica. Segundo os autores, experiências históricas mostram que mudanças na duração do trabalho costumam enfrentar resistência inicial, mas podem resultar em ganhos de produtividade e melhor distribuição do tempo social.

O dossiê também aborda a dimensão humana do trabalho contemporâneo. No artigo “O resgate da vida do trabalhador, subtraída pela apropriação da mais-valia capitalista”, o economista Edivaldo Ramos de Oliveira analisa como jornadas extensas reduzem o tem-



Antonio Scarpinetti/Unicamp

Pesquisadores da Unicamp defendem reduzir jornada laboral

po disponível para convivência familiar, social, descanso e desenvolvimento pessoal.

Outro eixo da coletânea discute qualificação profissional e acesso ao conhecimento. O texto “Tem-

po para aprender, tempo para viver” argumenta que a redução da jornada pode ampliar oportunidades de formação contínua, permitindo adaptação às transformações tecnológicas do mercado de traba-

lho. A atuação coletiva também é tema do estudo “Qual o papel dos sindicatos na luta pelo fim da escala 6x1?”, assinado por Ana Paula Colombi, Anderson Campos, Ariella S. Araujo, Andréia Galvão, Elaine Amorim, José Dari Krein e Patrícia Vieira Trópia, que analisa como novas formas de mobilização social vêm reposicionando o movimento sindical diante das mudanças nas relações de trabalho. De forma geral, os pesquisadores defendem que a escala 6x1 representa um modelo associado à intensificação do trabalho e ao aumento do desgaste físico e mental dos trabalhadores. O dossiê busca contribuir para o debate público em um momento em que propostas legislativas sobre a redução da jornada ganham espaço no Congresso Nacional.